

A CVRD E A ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA NO SUDESTE PARAENSE

João Márcio Palheta da Silva
Departamento de Geografia/UFPA

Resumo: Neste trabalho discutimos o papel da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) como um grande grupo econômico no sudeste do Pará e suas relações com as transformações político-econômicas e sociais que têm contribuído para aumentar as transformações espaciais e ambientais regionais. Destacando a importância dos seus projetos no desenvolvimento dos municípios que estão sob sua área de influência e o importante papel que a CVRD vem tendo na redefinição das funções específicas das cidades interligadas pelo sistema norte (mina de Carajás – Estrada de Ferro – Porto de Itaqui).

Palavras-chave: CVRD, grandes corporações, Carajás, sudeste do Pará.

THE CVRD AND THE ECONOMIC ORGANIZATION OF SOUTHEAST PARA

Abstract: In this article, the role that the Rio Doce Valley Company (CVRD) plays as a large economic group in southeast Para is described, as well as its relationship to political-economic and social transformations, which have in turn, contributed towards an increase in spatial and environmental transformations in that region. The importance of development projects for the districts falling within its sphere of influence, and the resultant redefinition of specific functions in those cities linked by the northern transit system (the Carajas Mines, the railroad, and the Port at Itaqui) are especially highlighted.

Key words: CVRD, corporate conglomerates, Carajas, southeast Para.

A criação de empresas estatais, como a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) (1941), a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) (1942), hoje privatizadas, e a Petrobrás, marcou definitivamente a interferência do Estado na economia. O Estado, além de arcar com investimentos infra-estruturais para satisfazer a necessidade do capital privado nacional e estrangeiro associados ou não, passou também a atuar no setor produtivo.

A intervenção do governo brasileiro na economia estava relacionada, também, às transformações nas estruturas de poder e modificações nas relações políticas desde a década de 30. A estratégia de desenvolvimento nacional em que o

Estado atuou na economia, via planejamento, perdurou com maior dinamismo durante as décadas de 60 e 70, período em que o capital nacional associado ao capital estrangeiro era visto como alternativa de progresso econômico e social. Ao longo do processo político-econômico, o governo foi obrigado a tomar decisões contraditórias. Assim, adotou o “planejamento” como instrumento de suas políticas econômicas e, nas décadas de 50 e 60, deu continuidade à criação de entidades governamentais, iniciadas com a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) em 1953. Em 1966, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) foi

criada, objetivando proporcionar condições de investimentos na região amazônica, acelerando, assim, a produção de matérias-primas com vistas à exportação e à industrialização. Dessa forma, o poder público passou atuar e a desempenhar-se de forma mais marcante na economia do país, impulsionando o setor privado nacional e estrangeiro.

A partir principalmente das décadas de 60 e 70, através de empreendimentos de infra-estruturas, condições favoráveis à proliferação do capital privado foram criadas numa região de fronteira, como foi o caso da Amazônia Oriental. No contexto de planejamento, as empresas estatais, nascidas da intervenção direta do Estado na economia, atuavam também como empresas produtivas e, ao mesmo tempo, como instrumentos do Estado, no esforço de desenvolvimento regional.

Estado, capital privado multinacional e capital privado nacional assumem papéis significativos no território, influenciando em sua estruturação social, econômica, política e cultural. O resultado desse processo se traduz na configuração territorial, moldada de acordo com a relação de produção e circulação de produtos e concretizada nas formas de organização espacial estabelecidas no espaço geográfico.

Em resumo, a relação entre Estado, capital multinacional e capital privado nacional dá-se pela ação diferenciada de ambos no espaço geográfico. O Estado fornece condições, através de incentivos fiscais e serviços de infra-estrutura em determinados locais, para que o capital estrangeiro/nacional ou consorciado sintase seguro do investimento que fará nessas áreas. Porém, atua também indiretamente através de suas empresas voltadas para o setor produtivo, como era o caso da CVRD quando estatal. A facilidade oferecida pe-

lo estado aos empreendimentos na Amazônia, através dos incentivos fiscais e através da SUDAM, principalmente, contribuíram para atrair tanto o capital nacional quanto o capital internacional.

A CVRD COMO UMA GRANDE CORPORAÇÃO

As grandes corporações ou grupos econômicos vêm tendo uma importância significativa na organização do espaço geográfico que as abriga, visto que são, sem dúvida, agentes de grande poder na definição do território e na organização espacial de uma determinada região. Suas marcadas diversidades derivam, em grande parte, de suas localizações e funções com significados distintos. Duas de suas características fundamentais são seu crescimento horizontal e vertical. Por crescimento horizontal da produção, entende-se a diversificação na linha de um mesmo produto, e por crescimento vertical, a diversificação na linha de mais de um produto por parte da corporação ou grupo.

Grandes corporações ou grupos empresariais são empresas que têm uma ampla escala de operações, produzindo um espaço complexo de fluxos de mercadorias e dinheiro de acordo com as necessidades de suas atividades produtivas localizadas em diferentes espaços. Isto ocorre tanto nas empresas horizontalizadas quanto nas verticalizadas, as quais controlam suas empresas associadas através de um processo de diversificação que envolve novas empresas e novos produtos (Corrêa, 1991ab, 1992 & Ramires, 1991). Considera-se ainda como grandes empresas, grandes corporações ou grupos, compostos por um conjunto de empresas (controladas e coligadas) de administração centralizada numa empresa *holding* (Coelho

& Costa, 1997).

Entre as características dessas grandes corporações estão as múltiplas localizações que esses grupos econômicos apresentam, tendendo a possuir uma rede de empresas interligadas, que incluindo as suas subsidiárias ou controladas e coligadas, além de uma rede de serviços envolvendo subcontratações (terceirização). A terceirização tem como finalidade deixar a cargo do grupo de empresas apenas as atividades fins, enquanto as atividades meios são passadas a outras empresas. Com isto, o grupo aumenta a sua eficiência e reduz os seus gastos,

o grupo constitui, assim, um modo de organização suficientemente amplo e articulado cuja escala de operação, ações e práticas de gestão permitem identificar o processo de reestruturação produtiva... Reestruturação produtiva engloba, assim, as microdecisões de eficiência técnico-produtiva (sobretudo aquelas que se traduzem pela redução do efetivo de assalariados em vários setores da economia e, particularmente, no setor industrial), as diferentes formas de flexibilização da produção, a diversidade de estratégias de sistemas produtivos localizados, os diferentes contextos locais e regionais que permitem a alocação de investimentos com vistas à exploração dos recursos construídos (aquisições, fusões, seletividade espacial dos investimentos, etc.), as novas regulamentações e tantos outros elementos considerados passíveis de viabilizarem a competitividade mundial. Essa noção transcende, portanto, as práticas utilizadas pelas grandes corporações, sem, no entanto, excluí-las como atores desse processo (Pires do Rio, 1998, p. 54).

As corporações ou grupos de empresas definem seus territórios, criando formas diferenciadas de autonomia, sendo

localmente confundidas com o Estado e passam a ser vistas, sozinhas, como um dos agentes responsáveis por transformações nas relações políticas, econômicas e sociais. Dessa forma, são capazes de produzir impactos maiores nos lugares onde as potencialidades apresentadas viabilizam mudanças que irão modificar suas posições nas relações de poder nas escalas locais e regionais.

Pode-se caracterizar, assim, como espaços de potencialidades, as áreas que se apresentam dotadas de fatores (principalmente infra-estruturais) favoráveis à aplicação do capital das corporações em atividades que podem produzir ganhos para os agentes envolvidos (locais, regionais, nacionais e internacionais).

A CVRD se apresenta como uma grande corporação ou grupo dentro da atividade de mineração, com tendência à expandir suas atividades no sudeste paraense e à modificar as relações sócio-econômicas dos municípios que ficam sob a área de influência da Estrada de Ferro Carajás (EFC), principalmente os do trecho Mina-Marabá. As mudanças sociais e econômicas oriundas de sua presença têm tido reflexos nas relações de poder e os novos segmentos sociais adquiriram poder. Novos municípios surgiram viabilizados pela implantação dos projetos de mineração e pela possibilidade de arrecadação de *royalties*. As disputas ocorreram como se todos participassem em igualdade de condições de disputa de um mesmo espaço potencial para desenvolvimento de atividades ligadas aos projetos de mineração da companhia.

A implantação dessa Companhia no sudeste do Pará foi precedida pelo desenvolvimento de um conjunto de infra-estrutura (como as rodovias federais: Belém-Brasília, década de 60, e Transama-

zônica, década de 70; e rodovias estaduais, como a PA-150 e a hidrelétrica de Tucuruí, década de 70), que, de certa maneira, contribuiu para o desenvolvimento de suas atividades no Pará.

No início da década de 80, com anúncio do Projeto Ferro Carajás (PFC) da CVRD, seguido do Programa Grande Carajás (PGC), visava-se o aproveitamento da potencialidade elevada dos recursos naturais da região anteriormente mencionada. Incentivos fiscais foram destinados aos projetos que se associavam ao PFC, cuja base infra-estrutural (ferrovia, portos, rodovias e núcleos urbanos) ficou a cargo da CVRD que recorreu ao sistema financeiro internacional para garantir a viabilização do seu projeto. O PFC, assim como os projetos anteriores, Alumínio do Maranhão (ALUMAR), Alumínio do Brasil (ALBRAS) e Alumina do Norte (ALU-NORTE) (de implantação mais recente) beneficiaram-se da infra-estrutura energética da hidrelétrica de Tucuruí.

Com a inauguração em 1985 da EFC, de 890 km de extensão, ligando a mina de Carajás, no Pará, ao Porto da Madeira/Itaqui no Maranhão, outros empreendimentos, como as guserias, favorecidos pelos incentivos do PGC foram atraídos para a região. A partir de 1986, a inauguração do trem de passageiros da CVRD veio favorecer ainda mais a, já acentuada, migração para a Região Sudeste do Pará. Os trens de carga e de passageiros contribuíram para aumentar os deslocamentos de materiais e indivíduos, modificando o espaço do sudeste paraense.

Além do ferro, que começou a ser explorado efetivamente em 1986, a empresa equipou-se para explorar o manganês, em 1985 e, mais recentemente, o ouro, em 1990. Atualmente, a companhia vem investindo em setores como trans-

porte através do sistema *roll-on-roll-off*. Além disso, participa de convênio, assinado pelo Governo do Estado, CVRD e a Companhia Campõs, que visa estimular o desenvolvimento de um pólo de soja no sul/sudeste do Pará, sendo, dessa forma, interessante para a CVRD a viabilização da hidrovía Araguaia-Tocantins.

A CVRD tem exercido importante papel na reestruturação do espaço geográfico do sul/sudeste paraense, nas áreas de sua atuação da mina de Carajás e ao longo da EFC – Porto de Madeira/Itaqui. As áreas situadas ao longo desta ferrovia tendem a assumir funções cada vez mais específicas de produção e de moradias, todas elas interligadas através da circulação de pessoas, produtos e informações.

A área geográfica sob a influência da CVRD no sudeste do Pará inclui os municípios percorridos por sua estrada de ferro. Nesta área, a Companhia vem exercendo influências no poder público e demais poderes locais, e em conjunto com as prefeituras dos municípios e outros atores sociais, vem atuando, de forma mais ou menos ativa em diversos municípios, dentre eles, Parauapebas e Curionópolis.

O território da CVRD, na Serra Norte, corresponde a uma área de cerca de 411.000 hectares (direito real de uso), constituindo um território fechado dentro do estado do Pará, onde a Companhia exerce seu controle direto (Becker, 1994). A entrada de pessoas não vinculadas só é permitida mediante autorização. O território é cercado e protegido, a fim de impedir o acesso dos possíveis “invasores” (figura 1). Assim, a Companhia, por possuir leis próprias tenta manter um clima de “harmonia” no núcleo urbano de Serra Norte, com qualidade de vida de nível elevado, se comparado aos núcleos urbanos da região, dotado de toda a infra-

estrutura necessária aos seus habitantes.



Figura 1. Portão de entrada do núcleo urbano de Serra Norte – CVRD

Fora de seu território, a Companhia vem influenciando de forma seletiva no desenvolvimento desses núcleos ao distribuir projetos e atividades que, por sua vez, vão contribuir para criar ou redefinir as funções desses núcleos urbanos ou cidades favorecidas. O controle direto de seu território, na Província Mineral de Carajás, não tem sido a sua única forma de gestão territorial. As parcerias em convênios com as prefeituras têm sido outra forma de sua participação na gestão do território nos municípios de Parauapebas e Curionópolis. Buscando formas combinadas de gestão com os governos estadual e local, a Companhia tenta evitar uma relação mais direta que venha a compromê-la ou desviá-la de suas funções.

A CVRD, como um importante ator social na região, possui, pelo menos em sua área direta de influência e a Província Mineral de Carajás, um poder decisório absoluto no qual o estado e o município dificilmente podem interferir. Ou seja, exerce em seu território um poder hegemônico configurando uma sobreposição de território, num domínio do estado e do município (Becker, 1994).

Em 1993, através da Lei Municipal n. 1202/93, a CVRD e a prefeitura de

Parauapebas firmaram convênio de cooperação técnica, relacionado à realização de obras de saneamento básico no município, onde a Companhia deverá elaborar os projetos e realizar as obras em parceria com a prefeitura. Dessa forma, a Companhia ficaria responsável em adquirir junto ao Banco Mundial (BIRD), empréstimos para realização dos projetos, passando de um valor inicial de US\$ 7,800,000.00 (sete milhões e oitocentos mil dólares), com a retenção de 25% (vinte cinco por cento) dos *royalties*, para US\$ 14,500,000.00 (quatorze milhões e quinhentos mil dólares), com a re-tenção de 30% (trinta por cento), incidente sobre os *royalties* pela exploração de recursos minerais nesse município.

A CVRD E A CONSERVAÇÃO AMBIENTAL

Para se ter uma idéia do volume de investimento em projetos de mineração da CVRD, aqueles implantados e os previstos para implantação na sua área de influência direta, que corresponde aos doze municípios do sudeste paraense, uma área potencialmente aproveitável pela companhia, nos municípios de Parauapebas e Curionópolis para futuros empreendimentos.

O relatório do Banco Mundial que trata do projeto de reabilitação e conservação ambiental, diz que:

No Sistema Norte, área de rápida migração, os aspectos sociais estão intimamente relacionados com questões ambientais. A área vulnerável no corredor Carajás é aquela próxima da mina de minério de ferro de Carajás, isto é, entre as cidades de Marabá e Parauapebas... o fornecimento de uma base econômica para a população é importante para reduzir a pressão sobre a cobertura ve-

getal remanescente, incluídas aí a grande área cuja conservação encontra-se sob responsabilidade da CVRD (...). É também urgente que se providencie infra-estrutura sanitária básica à cidade, uma vez que o aumento populacional há muito sobrecarregou o sistema existente (...). A ação social da CVRD no Sistema Norte, portanto, terá seu foco nesta área. Seu objetivo é contribuir para a estabilização da população, identificando e apoiando planos produtivos autosustentáveis por pequenos produtores, assistidos por ONGs locais quando relevantes, em agricultura e agroflorestais.... No que diz respeito a serviços sociais, a CVRD pretende focalizar o fornecimento de serviços de saúde e infra-estrutura sanitária básica para comunidades escolhidas ao longo da rodovia (Parauapebas - São Luís) (...) e comunidade indígenas (Banco Mundial, 1997).

Na área do corredor da EFC, que vai da mina em Parauapebas a Marabá no Pará, as questões ambientais não podem ser dissociadas dos aspectos sociais. Trata-se de uma área de intensa migração, onde a pressão sobre o uso do solo compromete a cobertura vegetal, incluídas aí as áreas de preservação ambiental. Constitui ainda problemas dessa natureza o fato de que os núcleos urbanos, situados próximos aos projetos da CVRD não possuem uma infra-estrutura básica a suas populações que, geralmente, apresentam graves problemas de saúde.

As atividades de preservação não têm levado em consideração o aumento populacional, principalmente em Parauapebas e Marabá, principais cidades do trecho mina-Marabá. O investimento em atividade de preservação tem se restringido apenas a questões puramente físico-ambientais, como se os seres humanos não participassem das relações entre sociedade e

natureza. Investimentos nas formas técnicas e mudanças culturais para um melhor aproveitamento do uso do solo se fazem necessários na região, com o apoio mais direto entre as prefeituras, a CVRD, os sindicatos e os movimentos sociais.

Em 1996, a CVRD investiu cerca de US\$ 18,233,301.00 em atividades de preservação, em área de sua responsabilidade (Banco Mundial, 1997). Porém, em 1997, esse investimento caiu para US\$ 11,182,44.00. Segundo alguns representantes das igrejas, Organizações não governamentais (ONGs), sindicatos rurais e comunidades indígenas locais entrevistados, as questões ambientais estão associadas tanto aos desmatamentos quanto aos conflitos agrários constantes nesta área, na qual se inclui a violência contra trabalhadores rurais e índios que precisam ser coibidos. Além disso, a participação da sociedade local junto com a CVRD, Instituto Brasileiro de Preservação dos Recursos Naturais e Meio Ambiente (IBAMA), Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Secretaria de Ciência e Tecnologia da Amazônia (SECTAM), Instituto de Terras do Pará (ITERPA) e SUDAM) na discussão dos projetos de manejo florestal nunca foi efetivada.

Os projetos de assentamentos dos sem-terra na vizinhança da Companhia na região de Carajás contam com a oposição da CVRD, sendo acusados de destruidores da floresta e de seus recursos. A parceria entre INCRA, IBAMA e CVRD tem sido firmada com o objetivo de expulsar os madeireiros responsáveis pelo desmatamento de parte das unidades de conservação entorno da CVRD para comercializar a madeira, colocando em risco o equilíbrio ambiental das comunidade indígenas (índios Cateté) e das florestas (na Área de

Proteção Ambiental (APA) e na Reserva Biológica (REBIO).

A CVRD E AS PREFEITURAS

A ex-estatal CVRD articulava-se com as prefeituras locais através da parceria na elaboração e execução de projetos visando o melhoramento das condições, como o projeto de saneamento básico em Parauapebas, e de construção de microsistemas de abastecimento de água, pavimentação de vias públicas em Curionópolis, entre outros. O relatório de 1997 do Banco Mundial reconhecia seus investimentos de apoio às comunidades e atividades de preservação ambiental na região, porém, considerava que essas formas de investimentos não eram suficientes em virtude da grandeza dos problemas enfrentados por núcleos urbanos do porte desses municípios. Considerando sua condição de empresa em processo de organização pós-privatização, tais investimentos não tendiam a aumentar.

Embora as formas de atuação combinadas pudessem de uma maneira ou de outra caracterizar mudanças nas relações entre a companhia ex-estatal e as prefeituras locais, os investimentos dependiam de um conjunto de benefícios que envolviam os *royalties* da mineração, como é o caso de Parauapebas, e a Reserva para o Desenvolvimento das Regiões de Influência (RDRI), que previa recursos para serem investidos nos municípios, além dos impostos gerados Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), etc. pelas atividades das empresas e das firmas ligadas aos projetos da Vale.

Durante o ano de 1995, a receita do Estado do Pará chegou a US\$ 45,323,546.00

de ICMS, e US\$ 1,776,749.00 de *royalties*, perfazendo um total de US\$ 47,100,295.00; enquanto o município de Parauapebas arrecadou em *royalties* US\$ 5,021,249.00, de ICMS US\$ 1,673,406.00, de Imposto Sobre Serviço (ISS) US\$ 3,243,680.00 e de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) a quantia de US\$ 2,211.00, correspondente a um total de US\$ 9,940,546.00.

A disputa pelos *royalties* da CVRD e pela participação no repasse anual de 8% da RDRI (este última extinta com a privatização da CVRD em 1997) dos lucros líquidos obtidos pela companhia despertaram os interesses dos políticos locais, que tinham o desenvolvimento regional como bandeira de luta. A luta era para que os recursos relativos aos repasses da CVRD viessem a beneficiar todos os municípios que cediam operações da Companhia.

Em 1995, a CVRD, ainda como uma empresa estatal, decidiu ampliar para o estado do Pará os recursos que já beneficiavam os municípios em sua área de influência nos estados do Espírito Santo e Minas Gerais. Tais recursos seriam estendidos a doze municípios, que estavam sob a influência da EFC, no estado do Pará*. No contexto de participação da RDRI, intensificaram-se as lutas entre os municípios para abrigarem projetos que a companhia pretendia implementar. Com a suspensão deste fundo, os municípios ainda poderiam contar com os *royalties*, se a companhia decidisse implementar projetos em seus territórios. Poderiam ainda negociar parcerias com a companhia atualmente privatizada.

Segundo depoimento de alguns políticos locais, os *royalties* seriam uma

* A Reserva para o Desenvolvimento das Regiões de Influência da CVRD - RDRI foi suspensa com a privatização do Grupo CVRD, em 1997.

forma de compensação para amenizar os problemas adquiridos com a implantação dos projetos da CVRD no corredor da EFC, além de ajudar a resolver alguns problemas, como saneamento, saúde, etc., em áreas hoje consideradas socialmente críticas pelos municípios, cujas soluções não seriam viáveis somente com os repasses dos recursos do Estado e da União.

A CVRD, EMPREENDIMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGO

A partir de 1995, doze municípios que estavam sob a influência da CVRD no Pará foram precariamente beneficiados pela RDRI. As aplicações a serem alocadas estariam relacionadas à eletrificação urbana e rural, estradas de rodagens, sa-

neamento básico, construção de hospitais, construção de distritos industriais, habitações, etc. E os recursos não-reversíveis seriam para educação, assistência social, saúde, assistência a entidades de cunho religioso e filantrópico, cultura, serviços públicos em localidades carentes de recursos, etc. (CVRD, 1995).

As principais atividades de mineração no antigo município de Marabá estão relacionadas ao ferro, ouro e manganês, desenvolvidas pela CVRD, como demonstra a tabela 1, cujas atividades geram recursos dos *royalties* para os municípios onde estas atividades estão implementadas.

Tabela 1. Áreas de mineração em Parauapebas

LOCAL	ANO DA EMISSÃO DA PORTARIA DE CONCESSÃO	ÁREA (HECTARE)	DETENTOR DA LAVRA	MINERAL
Carajás	1979	160.000	CVRD	Ferro
Igarapé Azul	1982	4.650	CVRD	Manganês
Igarapé Bahia	1993	10.000	CVRD	Ouro

Fonte: DNPM, 1994.

Tabela 2. A presença da CVRD na economia do Pará – 1997 - US\$

EMPRESA OU UNIDADE OPERACIONAL	SALÁRIOS	APOIO ÀS COMUNIDADES	ATIVIDADE DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL	IMPOSTOS	COMPRAS	SERVIÇOS CONTRATADOS	TOTAL
DEFN/MINA	24.101.000	2.219.472	2.002.679	38.637.327	10.560.000	6.415.100	83.935.578
DEFN/FER.	1.886.193	141.114	186.265	637.819	549.852	1.567.512	4.968.755
DEMN	1.119.000	629.000	8.994.000	2.615.000	1.692.800	21.361.972	36.411.772
DEHA/GETIR	705.300	-	-	-	34.800	136.900	877.000

Fonte: CVRD, 1998.

O volume dos investimentos da CVRD em seus principais projetos no ano de 1995 demonstra o poder político-finan-

ceiro que a companhia possui no estado paraense. A tabela 2, acima, reflete os impostos e as contribuições financeiras de

seus investimentos no estado do Pará. A Companhia possui cinco principais projetos ligados à mina de ouro no Brasil: Igarapé Bahia, em Parauapebas, no estado do Pará; Fazenda Brasileiro, em Teofilândia no estado da Bahia; Caeté, em Caeté e em Itabira no estado de Minas Gerais; e Almas, em Almas no estado do Tocantins.

A produção de manganês na mina denominada Azul, em Parauapebas, estado do Pará, e Urucum em Corumbá, estado do Mato Grosso do Sul, tiveram produções variadas. A mina do Azul apresentou produção maior e crescente de 1992 a 1996 enquanto que a mina de Urucum apresentou pouca variação no mesmo período. Em relação a Urucum, a produção da mina do Azul foi superior, significando que, se comparados os anos de 1995 e 1996, a CVRD obteve com as vendas da produção da mina do Azul, nos mercados interno e externo, um aumento de sua receita de 15% em relação ao ano de 1995.

Todos os projetos ligados à área do ferro, manganês, ouro e transporte, no estado do Pará, tiveram aumento signifi-

cativo entre os anos de 1994 e 1997. A receita desses projetos aumentou US\$ 147,288,885, de um ano para outro, e o setor que mais cresceu foi o de ferro.

No caso do projeto ouro da CVRD, os dados demonstram uma redução no número de empregados contratados de fora da região entre 1994 e 1995, na ordem de 11,41%. Isto corresponde a uma redução de 30 vagas, ou 30 demissões, enquanto que os contratados na região sofreram um aumento de 21 novas contratações. No ano de 1995, houve uma inversão: enquanto, em 1994, o número de contratados chegou a 14,3% da região em relação aos 85,7% de fora da região, no ano de 1995 verificou-se que os da região correspondiam a 70% dos contratados em relação aos 30% de fora da região. Embora essa inversão tenha sido acompanhada de uma redução de contratações, houve também uma diminuição no número de contratados que, em 1994, era de 49, passando para 40 em 1995.

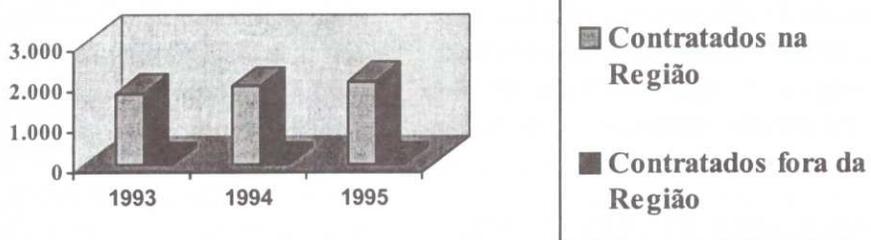


Figura 2. Mão-de-obra terceirizada - Projetos Ferro e Manganês - CVRD/Pará.
Fonte: CVRD, 1998.

Em relação à mão-de-obra terceirizada nos projetos ferro e manganês, entre os anos de 1993 e 1995 (figura 2), observa-se um aumento na ordem de 310

novas vagas, o que corresponde a 14,41%, somando os de fora e os contratados na região (nascidos ou não nela). Os contratados na região mantiveram-se em 95%

com relação aos de fora. Este aumento, de um total de 2.042, foi da ordem de 294 vagas, entre os anos de 1993 e 1995, o que corresponde a um aumento de 14,39%. Concernente ao aumento dos de fora da região, observa-se que de um total de 108,

chegou-se a 16 novas contratações, o que corresponde a um aumento de 14,81%. A terceirização marca a diminuição dos custos da companhia no estado do Pará.

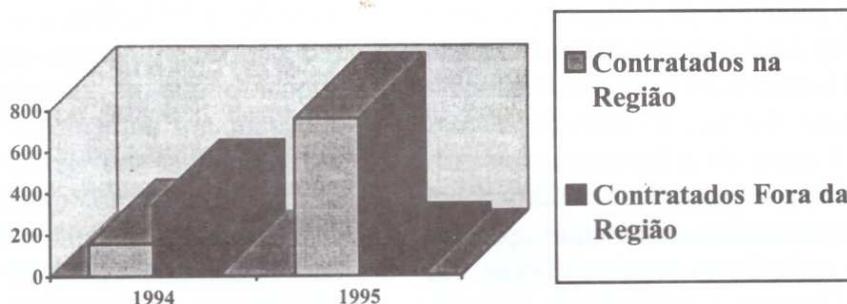


Figura 3. Mão-de-obra terceirizada - Projeto Ouro – CVRD/Pará.
Fonte: CVRD, 1997.

Em se tratando, porém, do projeto ouro no Pará, entre o ano de 1994 e 1995 (figura 3), a terceirização contratou cerca de 793 pessoas, aumentando em 293 o número de vagas, o que corresponde a 63,05% entre os contratados na região e de fora. Em relação aos contratados na região, observa-se um aumento de 603 contratações, correspondendo a 79,44%; já com relação à mão-de-obra terceirizada de fora da região, nota-se um decréscimo de 310 vagas, o que corresponde a 90,11%, diminuindo, assim, o número de contratados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A PRIVATIZAÇÃO DA CVRD

Em 6 maio de 1997, através de leilão na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, o governo brasileiro privatizou a CVRD. Com a venda o Consórcio Brasil (Valepar) arrematou 104.318.070 ações ordinárias, equivalentes a 41,73% do ca-

pital ordinário, por R\$ 3.338.178.240 (R\$ 32,00 por ação) representando um ágio de 19,99% sobre o preço mínimo (R\$ 26,67 por ação). Em 20 de maio de 1997, foi concluída mais uma etapa do processo de privatização com a venda aos empregados de 11.120.369 ações ordinárias (4,45% do capital ordinário) e 8.743.858 de ações preferenciais (6,31% do capital preferencial) por R\$ 179.880.586. Em junho de 1997, a composição acionária da Companhia em capital ordinário e capital preferencial era de 249.983.144 e 138.575.912 e de capital social 388.559.056.

Conseqüentemente, causou perdas aos municípios que estão sob sua área de influência no Pará, dentre eles Paraupebas e Curionópolis, devido à suspensão do RDRI e dos possíveis projetos que poderiam ser implantados em seus territórios, como é o caso do Salobo, contrariando as expectativas dos governos locais, além de reduzir o número de empregos nos municípios a partir, por exemplo, da

demissão de trabalhadores, e da redução do número de empregados nas suas prestadoras de serviços.

Segundo os dados da CVRD, foram destinados cerca de R\$ 85,6 milhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para a formação de um fundo de desenvolvimento que viesse substituir a RDRI em regiões sob sua influência em todo o Brasil, com o gerenciamento deste Banco, além disso, a Fundação Vale do Rio Doce de Habitação e Desenvolvimento Social (FVRD) ficaria responsável pelo gerenciamento dos programas relacionados às comunidades.

Após a privatização, o estado e os municípios perderam poder de barganha junto à Companhia, a qual vem tomando decisões nem sempre agradáveis à elite político-econômica local e estadual, como a demora na decisão sobre a implantação ou não do projeto Salobo, o fim da RDRI, a mudança quase que total da base administrativa de Belém para São Luís no Maranhão. Além do mais, sua participação na vida administrativa dos municípios e na promoção do desenvolvimento municipal não está garantida.

Em vista disso, a Assembléia Legislativa do Estado do Pará formou uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar possíveis sonegações fiscais do grupo CVRD. Outra tentativa dos políticos paraenses demonstrarem suas insatisfações com a Companhia pós-privatização tem sido a retirada de incentivos que outrora lhe foram destinados.

Questionamentos acerca dos futuros projetos que a companhia irá implementar no estado do Pará se fazem pertinentes em virtude das mudanças na organização do grupo CVRD e da redução dos números de empregos e de suspensão

de projetos que antes da privatização eram tidos como certos pelo estado e pelos municípios paraenses. Não tem sido somente no estado do Pará, mas em todo o Brasil, que o número de seus empregados vem diminuindo, passando de 23.415, em 1989, para 10.865 empregados, em 1997 (CVRD, 1999). Isto demonstra o receio dos municípios paraenses que, depois da privatização, temem ver suas arrecadações e número de empregos não aumentarem, apesar da presença da CVRD em seus municípios.

Nas disputas acirradas pelos projetos da CVRD, antes de sua privatização, pelos municípios e estados, hoje (1998), quem menos perdeu foi o estado do Maranhão, o qual foi fortalecido com a transferência quase que total da base que antes ficava em Belém. Ao estado do Pará "restou" possuir as reservas minerais de ferro, manganês, ouro, bauxita, caulim e os minérios alumínio e alumina que a companhia continua a explorar, além de outras possíveis explorações que a poderão ser realizadas, como é o caso do níquel de Canaã dos Carajás.

A privatização acelerou a redução de empregos em todo o Brasil, embora os lucros do grupo CVRD continuassem a crescer, chegando à cifra de US\$1 bilhão no ano de 1998. Por outro lado, ocorreu uma diminuição na arrecadação do estado do Pará com o ICMS, como consequência da lei conhecida como Lei Kandir, de 1996. A arrecadação, que era da ordem de 7 milhões de reais por mês em impostos, passou para 300 mil reais em 1998, através da queda na redução dos impostos relacionados com as exportações de matérias-primas.

Esses fatores levaram a elite político-econômica paraense a questionar, depois de quase vinte anos de exploração,

o papel desempenhado pela CVRD no estado do Pará, levando em consideração sua participação ou não do desenvolvimento local e estadual. Tais questionamentos continuam a motivar estudos específicos sobre os efeitos da privatização na escala local e regional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO MUNDIAL. Relatório n. 14585-BR, 1997.

BECKER, B. K. Estado, nação e região no final do século XX. In: D'INCAO, A., SILVEIRA, I.M. da. *A Amazônia e a crise da modernização*. Belém: MPEG, 1994, p. 103-110.

COELHO, M. C. N., COTA, R.G (Orgs.). *Dez anos da estrada de ferro Carajás*. Belém: NAEA, 1997.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Relatório anual*. 1995.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Carajás atualizado: dados complementares*. Carajás, Rev. 2, fevereiro, 1995.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *Relatório da CVRD 1997*. Rio de Janeiro, 1997.

COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. *A CVRD no Pará*. Belém, 1998.

CORRÊA, R.L. Corporação e espaço - uma nota. *Revista Brasileira de Geografia*. v.1, n. 53, 1991a, p. 137-145.

CORRÊA, R.L. Corporação e organização espacial: um estudo de caso. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 3, n. 53, 1991b, p. 33-66.

CORRÊA, R.L. Corporação, práticas espaciais e gestão do território. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 54, jul./set. 1992. p. 115-121.

PIRES DO RIO, G. A. *Estrutura organizacional e reestruturação produtiva: uma contribuição para a geografia das*

corporações. Território/LAGET/UFRJ, v. 3, n. 5. 1998. p. 51-66.

RAMIRES, J.C.L. *As grandes corporações e a dinâmica sócio-espacial: a ação da Petrobrás em Macaé*. Rio de Janeiro, 1991. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio de Janeiro.